

PRESS' Me Ambiente

Nº227 Terça-feira – 22 de agosto de 2017

Por Prescillia AILLOT, Charlotte DEBORDE, Raïssa FIOKLOU, Thayane VILAR

www.juristes-environnement.com

DESTAQUE - A CRISE DOS OVOS CONTAMINADOS COM PESTICIDA SE PROPAGA



Desde o início de agosto, milhões de ovos foram retirados da venda devido à contaminação com fipronil, um produto anti-piolhos e carrapatos usado para tratar animais domésticos, mas proibido na União Europeia para animais destinados ao consumo humano, desde 2004. Substância "moderadamente tóxica", de acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), este antiparasitário teria efeitos negativos no fígado, nos rins e na tireóide. As empresas de desinfecção usaram pesticidas ao intervir em fazendas de aves de capoeira na Holanda, Alemanha, Bélgica e no norte da França. Os ovos contaminados foram

distribuídos em 17 países da União, incluindo a França. A crise se espalhou até Hong Kong. A comunicação entre estados foi particularmente imperfeita: a Bélgica, que foi notificada de contaminação no início de junho, informou os países vizinhos apenas em 20 de julho, deixando o tempo para que a crise ocorresse, estender. Na França, o Ministro da Agricultura, Travert, afirmou que "todos os produtos que contenham ovos contaminados serão retirados do mercado até os resultados das análises". A lista dos produtos que contêm ovos contaminados será em breve publicada no site do Ministério da Agricultura.

AR – O NÃO RESPEITO DAS MEDIDAS EUROPEIAS EM RELAÇÃO À QUALIDADE DO AR



Várias associações denunciaram recentemente a tentativa de vários estados europeus, incluindo a França, de retornar artificialmente aos padrões de qualidade do ar da UE. De acordo com a diretiva europeia de 2016 relativa à redução das emissões nacionais de certos poluentes atmosféricos, cada país da UE deve cumprir um limite máximo para as emissões de certos poluentes, tais como dióxido de enxofre, óxidos de Nitrogênio ou mesmo compostos orgânicos voláteis e amônia. Para atingir estes resultados, os Estados-Membros são obrigados a fornecer à Comissão Europeia um sistema de inventários nacionais de emissões de poluentes atmosféricos, bem como um programa nacional para reduzir as emissões de poluentes atmosféricos. No entanto, a Diretiva 2016 prevê cláusulas de flexibilidade na consecução destes objetivos, tais como tectos inferiores para condições climáticas excepcionais ou a possibilidade de seguir um caminho de redução não linear. Oito Estados membros solicitaram recentemente à Comissão Europeia que eleve os limites máximos estabelecidos para 2016.

CLIMA – A FRANÇA PASSA POUR UM PERIODE DE SECA FORTE

A partir de 15 de agosto de 2017, 211 decisões de luta contra a seca foram emitidas em 84 departamentos, afetados pela redução de água em junho gerando restrição de alocação para certos usos (para fins agrícolas e inclusão). De acordo com o BRGM (departamento de pesquisa geológica e mineral), 2/3 das águas subterrâneas estão em um nível mederadamente baixo a muito baixo” devido à recarga de déficit de inverno neste ano. Apesar do Código de Meio Ambiente planejado para proteger melhor a água, os recursos de isenção são, no entanto, concedidos aos agricultores, industriais e coletividades que utilizam mal o dispositivo previsto pela legislação para proteger os recursos de água, sabendo que 80% do consumo de água é proveniente da atividade agrícola. O Ministro da Transição e da Solidariedade Ecológica, Sr. Hulot, e o Ministro da Agricultura, Sr. Travert, em 9 de agosto em Ontário, apresentaram ao Conselho de ministros o plano de ações para a gestão da quantidade da água, com o objetivo de responder às modificações de longo prazo induzidas pelas mudanças climáticas. Entre as ações contempladas, a criação de reservatórios artificiais de água envolve especialmente a discussão: se essa medida é apoiada pelos agricultores, esta não é necessariamente uma solução viável. Uma mudança na prática é tomada pelas associações, assim como a France Nature Environment, que apoia setores agrícolas e industriais menos consumidores de água.

ALIMENTAÇÃO - O aumento do consumo de produtos orgânicos na Europa

De acordo com as últimas estatísticas de 2015, 70% do consumo de produtos orgânicos na Europa é da Alemanha, da França, da Itália e do Reino Unido. No entanto, são os dinamarqueses, os suecos e os austríacos que enchem mais os carrinhos com produtos orgânicos.

A Alemanha se tornou a primeira em consumação de produtos orgânicos, a qual representa 5% de toda a alimentação no país. O consumo no país se desenvolveu mais que a produção e por causa disso a Alemanha importa cada vez mais produtos orgânicos de outros países na Europa.

O terreno no qual se cultiva produtos orgânicos na Europa passou de 9 mil hectares em 2010 para 11,1 mil hectares em 2015. Todos os 28 países progrediram, exceto o Reino Unido (-29% em relação a 2010) e os Países-Baixos (-9% em relação a 2010). De acordo com o Eurostat, os países do norte (Áustria, Suécia e Estônia) são proporcionalmente mais verdes, com mais de 15% de suas terras agrícolas destinadas à plantação de produtos orgânicos. Enquanto que na Bélgica, na Irlanda, na Grécia, na França, na Itália, em Chipre, na Ilha de Malta, nos Países-Baixos, na Áustria e na Finlândia, as terras são inferiores a 50 hectares em média.



CJUE- 21 JUN 2017 - Caso C-621/15 N. W e.a./Sanofi Pasteur MSD

É compatível com a directiva um regime de estágio que autoriza o juiz, na ausência de provas conclusivas e irrefutáveis, a concluir que uma vacina não foi encontrada e que existe uma ligação causal entre a vacina e uma doença na Com base em um conjunto de índices sérios, precisos e concordantes, já que esse conjunto de índices permite considerar, com um grau de probabilidade suficientemente alto, que tal conclusão corresponde à realidade.

Decisão nº400424 de 19 de julho de 2017 do Conselho de Estado – Constitucionalidade da obrigação de juntar o estudo de impacto ao dossiê de permissão de construir

Decisão nº400424 de 19 de julho de 2017 do Conselho de Estado: o decreto nº 2015-1782 de 28 de dezembro de 2015 modificou os artigos R. 431-16, R. 441-5 e R. 443-5 do código de urbanismo com a finalidade de prever que a obrigação de juntar o estudo de impacto ao dossiê de pedido de permissão para construir e de permissão de mudança aplica-se somente ao caso onde o estudo de impacto é exigido a título de permissão de construir a qual é submetida ao projeto que figura na enumeração do quadro anexo ao artigo R. 122-2 do código ambiental. Se a requerente alega que essas disposições na sua versão então aplicável, na medida em que não previa a obrigação de se juntar ao pacote de pedido de autorização de estudo de impacto para construir ou autorizar a desenvolver quando a avaliação de impacto é exigida sob outros do que a de planejamento urbano políticas administrativas, têm afetado seriamente a realização do resultado pretendido pelo artigo 8.º-a da Diretiva 2011/92 / UE, de 13 de Dezembro de 2011, no entanto, disposições da diretiva deixam às autoridades nacionais a escolha da consideração dos impactos ambientais nos procedimentos de autorização existentes ou outros procedimentos.

O partido retido pelo poder regulamentar foi integrá-los com as autorizações por força de outros do que o planejamento de políticas. As disposições impugnadas têm, portanto, e sem a necessidade de entrar no Tribunal de Justiça da União Europeia para emitir uma interpretação preliminar da lei da União Europeia, não é provável que comprometer seriamente a realização do resultado pretendido pela diretiva. Apresentação de um projeto para um procedimento de inquérito público deve ser considerada como uma modalidade de informação e participação pública para garantir a implementação dos objetivos da Diretiva 2011/92 / UE, de 13 de dezembro de 2011, cujo prazo transposição expirou. A lei nacional sobre a organização de inquéritos públicos para projetos de planeamento e construção é consistente com estes objetivos.



POLUIÇÃO SONORA– DECRETO Nº 2017-1244 DO 7 DE AGOSTO DE 2017 RELATIVO À PREVENÇÃO DOS RISCOS LIGADOS AO BARULHO E AOS SONS AMPLIFICADOS

Em 09 de agosto de 2017, o Decreto nº 2017-1244, de 7 de agosto de 2017, relativo à prevenção de riscos relacionados ao ruído e ao som amplificado, foi publicado no Jornal Oficial. Este decreto para operadores de atividades envolvendo a transmissão de som amplificado em altos níveis de som destina-se a proteger a audição do público. Com a finalidade de aplicação do artigo 56 da Lei nº 2016-41 de 26 de janeiro de 2016, para a modernização do sistema de saúde, o decreto altera as disposições do Código de Saúde Pública e do Código do Meio Ambiente. O decreto insere nas disposições do Código de Saúde Pública os níveis de pressão sonora a serem excedidos por esses profissionais. O decreto também prevê a obrigação de registrar os níveis de som ao qual o público está exposto, bem como a obrigação de informar o público sobre os riscos auditivos. Esses profissionais também têm a obrigação de informar o público sobre os níveis de ruído aos quais o público está exposto. O Decreto também altera o Código Ambiental, na medida em que prevê que o ruído gerado por atividades envolvendo a transmissão de som amplificado em altos níveis em locais abertos ao público ou recebendo do público não pode, por sua duração, repetição ou a intensidade prejudicar a tranquilidade ou a saúde do bairro. O decreto também prevê que o operador, o produtor, o organismo de radiodifusão que, no âmbito de um contrato, tenha sido responsável pela segurança do público, a pessoa jurídica encarregada do local aberto ao público ou que recebe do público, seja fechado ou aberto, como de costume, as atividades ampliadas de transmissão de som, ou a pessoa encarregada de um festival, é obrigada a elaborar um estudo sobre o impacto do incômodo do ruído visando prevenir o incômodo do ruído que possa afetar a tranquilidade ou Saúde do bairro.



POLUIÇÃO– O ÓLEO DE PALMA INVADE AS COSTAS DE HONG KONG



No início de agosto, mais de 1.000 toneladas de óleo de palma foram derramadas perto das costas de Hong Kong após a colisão de dois navios no estuário do rio Zhu Jiang, fora do Cantão. As autoridades foram obrigadas a fechar 13 praias enquanto essa catástrofe intervém durante o período de turismo. Embora o óleo de palma não seja perigoso para os seres humanos, tem a peculiaridade de ser aquecido durante o transporte, a fim

de manter seu estado líquido e assim formar folhas solidificadas em contato com a água. Esses aquíferos constituem um grande perigo para a fauna circundante, pois espécies de peixes e aves podem tornar-se tóxicas e se sufocarem com óleo de palma. O pior, já que atingiu as costas de Hong Kong, teria caído em alguns lugares a mais de 10 cm abaixo da areia. Em 8 de agosto, o governo local anunciou que pegou quase 100 toneladas de óleo de palma ... das 1.000 toneladas que derramaram como resultado do acidente no mar. Associações ambientais locais acusam o governo Local de minimizar o incidente e não tomar as medidas necessárias para impedir o derramamento de óleo de palma nas costas.



BIODIVERSIDADE – O reforço na luta contra a caça ilegal de aves sombrias

A sombria é uma ave migratória protegida pelo código ambiental francês e classificada como uma espécie em perigo na lista vermelha da União Internacional pela Conservação da Natureza. Sua caça é proibida na União Europeia, mas ela faz parte de um costume tradicional e controverso no sudoeste da França.

O ministro da transação ecológica, Nicolas Hulot, pediu ao prefeito de Landes para “reforçar a luta contra a caça ilegal da sombria”. De acordo com o ministério, Nicolas Hulot “deu instruções ao prefeito de Landes para reforçar todas as medidas de segurança, controle e verbalização, tanto em relação aos caçadores quanto aos intermediários que fazem o tráfico, e não fazer acordos como no ano passado, nenhuma tolerância com os praticantes”. Nicolas Hulot declarou que “a prática da caça da sombria é ilegal e deve cessar”.

No entanto, essa instrução do ministro não foi muito bem recebida pela população do sudoeste francês. O presidente do conselho departamental de Landes, Xavier Fortinon, disse que “é irrealista ver que a captura da sombria em Landes se tornou a preocupação principal de Nicolas Hulot”. Ele estima que Nicolas Hulot “faria melhor em se preocupar com o futuro de nossas terras rurais”.